

# Dilemas da Historiografia Paulista: A Repartição da Riqueza no Município de Taubaté no Início do Século XIX

*Armênio de Souza Rangel*

Professor da FEA-USP

## RESUMO

*O artigo analisa o perfil da repartição da riqueza no município de Taubaté no início do século XIX. Apesar da fraca integração da economia do município ao comércio exterior, ele exibiu os mesmos padrões de repartição da riqueza das áreas fortemente integradas ao sentido da colonização moderna. Isso decorria do fato da interligação da economia do município com a economia exportadora. Por muito tempo a economia do município funcionou como um centro de abastecimento das regiões exportadoras. No município de Taubaté, ao lado dos grandes proprietários de terra e escravos, que controlavam grande parte da renda e da riqueza, encontramos uma parcela significativa da população, os agregados, destituída de bens e que "vivia a favor" em terras alheias. Mesmo entre os proprietários de terra, havia uma camada de pequenos proprietários de poucos recursos, que não possuíam escravos e que desenvolviam uma agricultura de auto-subsistência.*

## PALAVRAS-CHAVE

*repartição da riqueza, terra, escravidão, atividade econômicas, plantation, moderna colonização*

## ABSTRACT

*This paper focus the distribution of wealth on the Taubaté's county economy at the beginning of the 19th century. Despite the countys weak economic integration in the foreign market, the distribution of wealth followed the same patterns as the areas that were strongly integrated in the objectifs of modern colonization. This was due to the link of Taubaté's economy to the export economy. For a long time, the Taubaté's county economy worked as supply center for the exporting regions. In Taubaté, side by side with the large land slaves owners who controlled a large part of the income and wealth, we found a significant portion of the population, the aggregates (agregados), destitute of belongs and living by favor on the others land. Even among the land owners there was a class of small land owners with limited resources, who had no slaves and developed an agriculture of self-subsistence.*

## KEY WORDS

*distribution of wealth, land, slavery, economic activities, plantation, modern colonization*

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo<sup>1</sup> é analisar o perfil da repartição da riqueza no município de Taubaté no início do século XIX e averiguar se, a despeito de sua fraca integração ao comércio exterior, ele exibia os mesmos padrões das regiões fortemente integradas ao sentido da colonização moderna e caracterizadas por fortes disparidades na repartição da renda e da riqueza e na presença do trabalho escravo. Deve-se observar que o município de Taubaté somente integrar-se-ia fortemente ao comércio exterior por meio da economia cafeeira. No início do século XIX a cultura do café ainda era incipiente na agricultura do município. Sua principal atividade econômica consistia na criação de animais, que eram comercializados principalmente no Rio de Janeiro.<sup>2</sup> O açúcar tivera escassa importância na agricultura do município. O movimento adverso dos preços do açúcar no início do século XIX foi o suficiente para desarticular a fugaz experiência do município com a economia açucareira. A criação de animais substituiu o açúcar e a agricultura do fumo. A melhor caracterização do município nesse período deve-se a Aires do Casal (1945, v. 1, p. 240), que em 1817 havia observado que os seus habitantes “*cultivam viveres e tabaco; criam porcos e galinhas em grande quantidade e fazem pequena plantação de cana de açúcar.*” Já em meados do século XIX a presença avassaladora do café havia ajustado a economia do município ao paradigma de uma economia agrário-exportadora. Em 1852, a Câmara Municipal de Taubaté observaria que o município “*...na sua quase totalidade entrega-se à cultura do café.*”<sup>3</sup> Como decorrência, não havia mais terras devolutas, as terras ocupadas encontravam-se absorvidas pelo café e a mão-de-obra tonara-se escassa para atender às necessidades da cafeicultura.<sup>4</sup>

## DILEMAS DA HISTORIOGRAFIA PAULISTA

A historiografia brasileira tem convivido com um dilema na explicação da formação econômico-social da Capitania de São Paulo. De um lado, Caio Prado Júnior inclui também a Capitania de São Paulo em sua análise da organização da produção

1 Agradeço às sugestões e comentários valiosos de dois pareceristas anônimos desta revista.

2 A respeito da história econômica do município, vide RANGEL (1993). Para a realização deste estudo foram utilizadas as Listas Nominativas dos Habitantes do município de Taubaté (LN, AESP) e o Cadastro dos Bens Rústicos para o ano de 1817. Essa documentação encontra-se disponível no Arquivo do Estado de São Paulo - AESP.

3 Atas da Câmara de Taubaté, 12/01/1852, 1943, v. II, p. 103.

4 Atas da Câmara de Taubaté, Papéis Expedidos pela Câmara, 14/01/1854 p. 23 e 12/01/1855 p. 35, 36, 1944.

fundada na grande exploração - grande propriedade, monocultura e trabalho escravo - voltada para o comércio exterior. Segundo ele observa: “*Quanto ao planalto paulista, já tivemos ocasião de notar que, embora mais modestos, não perdiam contudo os domínios rurais o caráter comum das demais explorações agrícolas brasileiras...*” (PRADO JR., 1977, p. 22)

No entanto, deve ser observado que até o final do século XVIII a Capitania de São Paulo esteve desvinculada dos grandes fluxos de comércio exterior.<sup>5</sup> No final do século XVIII a região oeste integrar-se-ia ao comércio exterior por meio da economia açucareira.<sup>6</sup> Contudo, essa integração foi limitada regionalmente. Em algumas regiões, como é o caso de Taubaté, a experiência com o açúcar foi fugaz. Foi somente com a economia cafeeira, em meados do século XIX, que a economia paulista ajustou-se plenamente e de forma abrangente ao modelo de uma economia agrário-exportadora. Portanto, a economia paulista anterior ao café parece não se ajustar adequadamente ao modelo explicativo de uma economia agrário-exportadora, exceto a região oeste com a economia açucareira no final do século XVIII. Certamente, antes do surto açucareiro, a economia paulista esteve longe de se adequar ao modelo da *plantation* exportadora.

À medida que, por um longo período de tempo, a Capitania de São Paulo esteve longe de se constituir numa economia exportadora, muitos autores, em oposição a Caio Prado Júnior, passaram a identificar, em seu passado colonial, características radicalmente distintas daquelas verificadas na *plantation* exportadora. A historiografia brasileira debateu-se entre dois modelos excludentes de interpretação. As regiões agrário-exportadoras caracterizavam-se pela presença do trabalho escravo, pela monocultura, pela grande propriedade territorial e pela grande concentração da renda e da riqueza entre a população livre.<sup>7</sup> Em contraposição, as

---

5 Após a expulsão dos paulistas das minas a economia paulista funcionou como importante centro de abastecimento das Gerais. A respeito vide ZEMELLA (1951) e BUARQUE DE HOLANDA (1966).

6 Sobre a economia açucareira vide PETRONE (1968). A região Oeste consistia no quadrilátero do açúcar, que incluía os municípios açucareiros de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu, Jundiá, Itu e Campinas.

7 Esta controvérsia tem origens mais remotas. Com a publicação, em 1929, da obra de Alcântara Machado, *Morte e Vida do Bandeirante*, iniciou-se um movimento revisionista em oposição à historiografia dos cronistas Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus, que haviam discorrido sobre as origens fidalgas e sobre a riqueza dos paulistas. MILLIET (1965, p. 14) já havia observado que a verdade sobre as origens da aristocracia paulista estaria entre Oliveira Vianna e Alcântara Machado. Referindo-se à obra de Alcântara Machado, Milliet observaria que nem “...*tão ricos nem tão miseráveis éramos nós no início do século XVII.*” Mesmo PRADO (1925, p. IX) já havia alertado para os perigos dos exageros desse revisionismo. Em pesquisa recente sobre a escravidão dos índios, MONTEIRO (1989, p. 111) mostrou que a sociedade paulista do século XVII “...*longe de ser igualitária, foi marcada sobretudo por profundas desigualdades na composição da riqueza.*” Segundo o mesmo autor, “*essa conclusão diverge das principais tendências da historiografia paulista, as quais negam a existência de distinções de classe ou de riqueza entre os bandeirantes.*”

regiões não integradas diretamente ao comércio exterior caracterizavam-se pela pequena propriedade, pela policultura, pela incipiente presença do trabalho escravo e pela desconcentração da renda e da riqueza.<sup>8</sup> De acordo com Alfredo Ellis, “...a região planaltina, obrigatoriamente continuou, no século XVIII, policultora, portanto com o regime territorial da pequena propriedade e com estrutura social baseada na democracia.”<sup>9</sup>

No entanto, há fortes indícios de que apesar da sua fraca integração ao comércio exterior a repartição da riqueza na Capitania de São Paulo seguia, mesmo antes do final do século XVIII, o mesmo padrão das regiões fortemente integradas ao comércio exterior. Ou seja, ao que tudo indica, a formação da Capitania de São Paulo parece divergir destes dois modelos explicativos: inexistência de uma economia agrário-exportadora conjugada com o mesmo perfil de repartição da riqueza de outras regiões fortemente integradas ao comércio exterior. Isto é, mesmo as regiões não diretamente vinculadas ao comércio exterior, mas que de alguma forma se interligavam com a economia escravista exportadora - por exemplo, a Capitania de São Paulo por um longo período funcionou como centro de abastecimento das Gerais -, parecem ter desenvolvido o mesmo perfil de repartição da riqueza encontrado nas regiões agrário-exportadoras.<sup>10</sup>

### A REPARTIÇÃO DA RIQUEZA EM MEADOS DO SÉCULO XVIII

Como mostrou Canabrava (1972a, p. 102), a riqueza na Capitania de São Paulo, em meados do século XVIII, repartia-se de forma extremamente desigual entre a população livre: 53,9% das famílias recenseadas declararam nada possuir. Além

8 Segundo SODRÉ (1976, p. 110), “O simples fato de não existir ali produção organizada finalisticamente para a exportação, com destino ao mercado europeu, caracteriza a diferença em face à zona nordestina.” FREYRE (1954, p. 154), em oposição a Oliveira Vianna, afirmaria, também, divergir do “conceito de ter sido a formação paulista latifundiária e aristocrata tanto quanto a das Capitânicas açucareiras do Norte.” De acordo com esse autor (1954, p. 34,35), a monocultura latifundiária foi “em São Paulo, pelo menos, um regime sobreposto, no fim do século XVIII, ao regime da pequena propriedade.” HERMANN (1986, p. 14, 50) afirmaria que “a ausência de um mercado exterior não estimula a ambição.” Como decorrência, “São Paulo, ou, particularmente, o Vale do Paraíba e Guaratinguetá, se vêem forçados a desenvolver a economia de subsistência.”

9 ELLIS JÚNIOR (1948). De acordo com PRADO JR. (1980, p. 249), a pequena propriedade fundiária só teria alguma expressão social a partir do século XIX, pois, com anterioridade, a organização da economia brasileira tornava “...evidentemente inviável uma organização agrária democrática e de larga repartição da propriedade fundiária.”

10 Diversamente, HERMANN (1986, p. 50) afirmaria, por exemplo, que entregue “a atividades ligadas à vida econômica de outras regiões, São Paulo, ou particularmente Guaratinguetá, se vêem forçados a desenvolver a economia de subsistência.”

disso, a presença da escravidão era bastante significativa: 27,6% da população era constituída por escravos.<sup>11</sup> Apesar de não exibir os mesmos níveis de riqueza de outras capitanias, o perfil de repartição da riqueza, na Capitania de São Paulo, parece ter sido semelhante.<sup>12</sup>

Em relação ao município de Taubaté,<sup>13</sup> presenciava-se, no ano de 1766, a mesma estrutura de repartição da riqueza: das 915 declarações de chefes de família, 606 declararam nada possuir, ou seja, 66,2%. A agricultura e o comércio participavam, respectivamente, com 66,0% e 25,8% na riqueza total declarada.<sup>14</sup> Por outro lado, a grande maioria dos pobres do município encontrava-se na agricultura: 78,9% dos que declararam nada possuir. A maior fortuna individual pertencia a Euzébio da Cunha e Souza, negociante de fazenda seca, com um patrimônio declarado de 4000.000 réis. Seguem-lhe, em importância, Francisca da Cunha Portes, agricultora com 3200.000, o Sargento-Mor Cipriano Gomes da Veiga, negociante da fazenda seca, o Capitão-Mor Bento Lopes de Leão, agricultor, o Capitão Antonio Coutinho Cordeiro, agricultor.<sup>15</sup> Essas eram as cinco maiores fortunas, que representavam 35,5% da riqueza total. No ano de 1774 havia, no município de Taubaté, 205 senhores de escravos, que possuíam 945 cativos. Em relação ao conjunto da população, os escravos representavam 17,6% e, em relação ao número de domicílios, os escravos encontravam-se presentes em 25,5% deles. O maior proprietário de escravos era a agricultora Francisca da Cunha Portes, com um total de 50 cativos. Nesse mesmo ano, cerca de 25,7% dos chefes de domicílio declararam “viver a favor”, seja em terras alheias ou em casa alheia. Portanto, entre a população

---

11 Carta do Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras de 10/12/1766, DI, 73, p61-65 e de 22/02/1769 DI, 19, p285. Vide também CANABRAVA (1972a, p. 99, 100). Essa participação parece ser mais reduzida, pois o recenseamento de 1765 não incluiu algumas vilas. Já o recenseamento de 1766 sobre os escravos parece ter sido exaustivo.

12 Em Minas Gerais, no ano de 1776, a participação dos escravos na população atingia 40,9% (MILLIET, 982, p. 115). No Rio de Janeiro essa participação, por volta de 1789, era de 31,9% (Autor Anônimo, Memórias Públicas., 1884).

13 O recenseamento do ano de 1766 foi mais abrangente e mais rico em informações do que o do ano anterior. As informações quanto às atividades produtivas foram bem mais exaustivas do que no censo de 1765, em que se omitiu tal informação na maioria das declarações. As conclusões são semelhantes às obtidas por CANABRAVA (1972a) para o ano anterior.

14 Essa significância da riqueza comercial devia ser, em grande medida, expressão do estado de isolamento em que permaneciam os municípios da Capitania de São Paulo. Como decorrência, parece ter-se desenvolvido uma classe de grandes comerciantes monopolistas. HERMANN (1986, p. 21, 22) menciona a formação, em 1723, de uma sociedade comercial monopolista em Guaratinguetá para “...explorar essa situação de privilégio, em prejuízo da população da Vila e dos viajantes que se encaminhavam para as Minas.” Em Taubaté, o tenente-coronel Cláudio José de Camargo havia revendido no Rio de Janeiro, no ano de 1803, 1600 arrobas de fumo “adquiridas a muitas pessoas nesta vila.” O tenente-coronel Antonio Moreira da Costa também havia revendido a mesma quantidade de açúcar. Em conjunto, eles haviam comercializado 65,9% da produção local de fumo.

15 Na Capitania de São Paulo assinalou-se a presença de fortunas individuais de até 20.000.000 réis.(CANABRAVA, 1972a, p. 115)

livre parecia existir um segmento muito pobre que nada possuía e que “vivia a favor”. Como se pode observar, apesar da inexistência de uma agricultura de exportação, o município de Taubaté exibiu o mesmo perfil de repartição da riqueza e a mesma presença da escravidão de outras áreas fortemente integradas ao sentido da colonização moderna.<sup>16</sup>

No entanto, os dados disponíveis nas Listas Nominativas - estimativa da riqueza em moeda corrente e escravos possuídos - não nos permite analisar a estrutura da propriedade fundiária, ou seja, como se repartia a terra na Capitania de São Paulo. Mais do que isso, os recenseamentos organizados a partir do Morgado de Mateus tinham como unidade estatística o fogo ou domicílio e não a propriedade rural.<sup>17</sup> Nesse sentido, esses recenseamentos conduzem a um viés de análise, pois não revelam as relações de dependência e subordinação de grande parcela da população livre para com os proprietários de terra. Esses recenseamentos não nos autorizam a vislumbrar, por exemplo, um universo de pequenos proprietários, pois as relações dos chefes de domicílios com os proprietários de terra não são aí declaradas.<sup>18</sup>

### *ESTRUTURA DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX*

Os recenseamentos organizados a partir do Morgado de Mateus, em geral, nada declaram com respeito à propriedade da terra. No entanto, o recenseamento realizado no ano de 1798 no município de Taubaté é bastante rico em informações e traz, de forma abrangente, a condição de moradia dos chefes de domicílio. Essa informação nos permite detectar que parcela significativa da população não possuía imóveis rurais e/ou urbanos e que vivia seja em terras alheias ou em casas alheias. De um total de 1289 domicílios para os quais essa informação encontra-se disponível, cerca de 518 chefes de domicílio (40,2%) declararam “viver a favor” em terras alheias ou em casas alheias (Tabela 1). Como decorrência, pode-se concluir que parcela substantiva da população - denominada de agregados - era destituída da propriedade imobiliária e vivia em terras alheias ou casas alheias, contraindo, portanto, algum tipo de relação de dependência e subordinação com relação aos

---

16 Esse enriquecimento do município de Taubaté parece ter origem na cultura do fumo que se destinava aos mercados das Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

17 Em 1781, ordenava-se, por exemplo, ao recenseador, “*numerar (se poder ser) as ditas casas, ou fogos: pondo-lhes nas portas ou porteiras os números naturais 1,2,3,4 etc.*” (BNRJ, II,34,4,38)

18 Com se verá mais adiante, o número de domicílios excede em muito o número de imóveis rurais registrados no Cadastramento dos Bens Rústicos realizado no ano de 1817. Portanto, muitos imóveis rurais comportariam, em seus domínios, vários domicílios. É necessário, portanto, explicitar as relações dos chefes de domicílio localizados em terra alheia para com o proprietário da terra. Não se pode tomar o domicílio, pelas Listas Nominativas, e inferir que se trata de um pequeno proprietário de terra.

proprietários de imóveis urbanos e/ou rurais. Apesar de constituir um mosaico diferenciado, o elemento comum a esse segmento da população seria “...o fato de não possuírem qualquer porção de terra ou casa própria na vila, tendo portanto de ajustarem-se aos proprietários nas áreas rurais e urbanas, por meio dos mais diferentes tipos de relações.”<sup>19</sup>

Os agregados constituíam os elementos mais humildes da população livre, pois além de viverem a favor, em sua imensa maioria não possuíam escravos: 459 em 518 domicílios (88,6%) não possuíam escravos.<sup>20</sup> No entanto, os agregados não envolviam somente estranhos e pobres, mas, também, parentes e amigos. Dentre os agregados, 59 domicílios reuniam 155 escravos. Nesse segmento, os que viviam em terras de parentes pareciam compor um segmento mais favorecido pela riqueza com “padrões semelhantes aos estratos mais altos.”(SAMARA, 1977, p. 24) Tal era o caso, por exemplo, de Maria Madalena Vieira que declarou possuir 15 escravos e viver “a favor em sítio e terras de seu filho.”

TABELA 1 - REPARTIÇÃO DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO CONDIÇÃO DE MORADIA - TAUBATÉ, 1798

Condição de Moradia	Fogos		Sem escravos		Com Escravos				Média
	N	%	N	%	N	%	Esc	%	
Tem sítio	650	50,4	480	47,8	170	59,6	973	73,8	5,7
Tem casa na vila	113	8,8	62	6,2	51	17,9	117	8,9	2,3
Tem sítio e casa na vila	5	0,4	0	0,0	5	1,8	74	5,6	14,8
Vive a favor	96	7,4	92	9,2	4	1,4	11	0,8	2,8
Vive a favor de parentes	5	0,4	3	0,3	2	0,7	2	0,2	1,0
Vive a favor em terras alheias	346	26,8	312	31,1	34	11,9	78	5,9	2,3
Vive a favor em terras de parentes	27	2,1	20	2,0	7	2,5	40	3,0	5,7
Vive em terras arrendadas	3	0,2	3	0,3	0	0,0	0	0,0	0,0
Vive a favor em casa alheia	32	2,5	25	2,5	7	2,5	13	1,0	1,9
Vive a favor em casa de parentes	12	0,9	7	0,7	5	1,8	11	0,8	2,2
TOTAL	1289	100,0	1004	100,0	285	100,0	1319	100,0	4,6
Indefinido	151	10,5	143	12,5	8	2,7	18	1,3	2,3
TOTAL GERAL	1440		1147		293		1337		4,6

Fonte: LN, AESP, Taubaté, 1798.

(1) Não incluído um convento com 30 escravos.

19 SAMARA (1981, p. 160). Não é nosso intuito nesse artigo analisar o perfil da posse de escravos, ou seja, como se distribuíam os escravos entre os proprietários de escravos. Ao que tudo indica esse perfil guarda uma semelhança muito grande com outras áreas do Brasil colonial. Sobre a posse de escravos em Taubaté vide RANGEL (1990). Para a Capitania de São Paulo vide LUNA & COSTA (1983). Para outras regiões, vide SCHWARTZ (1988) e FRAGOSO (1992).

20 “Viver a favor” significava, acima de tudo, pobreza. Nas Listas Nominativas de 1774 encontramos a seguinte declaração de um chefe de domicílio: “Possui nada porque esta família vive a favor de Maria do Espírito Santo.”

Dos 346 domicílios que declararam viver em terras alheias e não explicitaram relações de parentesco com o proprietário da terra, cerca de 90,2% declararam não possuir escravos. Dentre esses domicílios, cerca de 42,0% não revelaram vínculos com a economia monetária (Tabela 2). Ou seja, cerca de 124 domicílios declararam viver em terras alheias, não possuir escravos e *plantar para viver* sem declarar qualquer tipo de renda monetária. Certamente, esses agregados deveriam constituir os elementos mais humildes da população livre, com precárias relações com a terra.<sup>21</sup> De acordo com Saint Hilaire, os agregados “*só plantam grãos cuja colheita pode ser feita em poucos meses*” pois poderiam “*ser expulsos a qualquer momento.*” (SAINT-HILAIRE, 1953, p. 24)

TABELA 2 - REPARTIÇÃO DOS DOMICÍLIOS LOCALIZADOS EM TERRAS ALHEIAS SEGUNDO A ATIVIDADE ECONÔMICA – TAUBATÉ, 1774

Atividade	Fogos		Sem Escravos		Com Escravos				Média
	N	%	N	%	N	%	Esc	%	
I. Agricultura	318	96,7	289	97,6	29	87,9	60	77,9	2,1
1. Autoconsumo	193	58,7	186	62,8	7	21,2	24	31,2	3,4
2. Fumo	78	23,7	61	20,6	17	51,5	31	40,3	1,8
3. Alimentos	24	7,3	22	7,4	2	6,1	2	2,6	1,0
4. Algodão	13	4,0	12	4,1	1	3,0	1	1,3	1,0
5. Outros	10	3,0	8	2,7	2	6,1	2	2,6	1,0
2. Pecuária	4	1,2	3	1,0	1	3,0	2	2,6	2,0
3. Outras atividades	7	2,1	4	1,4	3	9,1	15	19,5	5,0
TOTAL	329	100,0	296	100,0	33	100,0	77	100,0	2,3
INDEFINIDO	17	4,9	16	5,1	1	2,9	1	1,3	1,0
TOTAL GERAL	346	-	312	-	34	-	78	-	2,3

Fonte: LN, AESP, TAUBATÉ, 1774.

O primeiro documento que arrolou os proprietários de terra foi o Cadastramento dos Bens Rústicos realizado no ano de 1817.<sup>22</sup> Por essa documentação, conclui-se que, no início do século XIX, a estrutura fundiária na Capitania de São Paulo

21 Mesmo aqueles que comercializaram alguma coisa deveriam ser incluídos nessa categoria.

22 Esse cadastramento foi realizado em cumprimento do Aviso Régio de 21/10/1817 em função da política de desenvolvimento agrícola adotada por D. João VI. Ele procurava obter informações sobre o estado da agricultura com o objetivo de dinamizá-la. (MILLIET, 1982, p. 113) O cadastramento realizado em Taubaté tem o seguinte título: “Relação das pessoas que possuem terras por qualquer título que sejam nessa Villa”. Já o Aviso Régio de 1817, exigia a “*Relação exata de todas as pessoas que por qualquer título de compra, herança, posse ou sesmaria tiverem qualquer porção de terrenos.*” Em 26/03/1818, Manuel Correia Bitancurt, Capitão-Mor do Município de Taubaté, teria enviado, junto com as Listas Nominativas do ano de 1817, “*o Mapa dos proprietários que possui terras e fazem o distrito desta vila*” em cumprimento do Aviso Régio de 21/10/1817 (Documento Avulso, AESP).

caracterizava-se por uma elevadíssima concentração. De acordo com os estudos de Canabrava (1972, p. 89), cerca de 70,2% da área total era possuída por 5,0% dos proprietários. O índice de concentração de Gini atingia 0,86 para o conjunto da Capitania, com pequena diferenciação regional: 0,69 na região da Capital, 0,82 na região açucareira, 0,92 na região da pecuária, 0,82 no Vale do Paraíba e 0,88 no Litoral centro-norte e 0,90 no Litoral sul.

A rede fundiária no município de Taubaté caracterizava-se, também, no início do século XIX, por uma elevada concentração da propriedade. De acordo com o Cadastro dos Bens Rústicos, havia, no município de Taubaté, no ano de 1817, 508 proprietários de terras com 512 imóveis possuídos.<sup>23</sup> Nesse mesmo ano as Listas Nominativas indicaram a existência de 1851 domicílios. Portanto, havia imóveis rurais com vários domicílios em seus domínios. Como já foi observado, os agregados estabeleciam-se em terras alheias por meio de relações de dependência e subordinação com relação ao proprietário da terra.

O perfil da repartição da terra no município de Taubaté caracterizava-se por uma distribuição fortemente assimétrica à direita, que revela uma elevadíssima concentração, com a presença de inúmeros pequenos proprietários ao lado de poucos grandes e a insignificância dos estratos médios. Cerca de 66,3% dos proprietários, que possuíam imóveis de até 48,4ha,<sup>24</sup> com uma área média de 12,4ha, apropriavam-se de 4,7% da área total (Tabela 3). Em contrapartida, os 34 maiores proprietários, com imóveis acima de 500ha, controlavam 72,5% da área total.<sup>25</sup> O índice de concentração de Gini atingia 0,86.<sup>26</sup>

---

23 Ou seja, 27,4% dos chefes de domicílio eram proprietários de terra. No censo de 1798, 50,8% dos chefes de domicílio declararam possuir sítio. Essa divergência deve-se ao fato de que ter sítio não implica, necessariamente, ser proprietário da terra. Muitos sítios, com moradia independente, localizavam-se em terras alheias. De acordo com SAINT-HILAIRE (1953, p. 24), “o único recurso que ao pobre cabe é pedir, ao que possui léguas de terra, a permissão de arrotear um pedaço de chão.”

24 De acordo com DEAN (1977, p. 491), seria necessário, dadas as condições técnicas da época, uma área de 40ha para a subsistência adequada de uma família de 6 pessoas. Adotou-se, de forma arbitrária, áreas de até 48,4ha como representativas de pequenos proprietários.

25 Representavam 6,7% do número de proprietários e possuíam uma área média de 1880,2ha.

26 Em relação à posse de escravos, o índice de Gini atingia 0,51 no ano de 1817.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DE TERRA SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA – TAUBATÉ, 1817

Estratos	Proprietários			Área Possuída			Média
	N	%	% Ac	A	%	% Ac	
Até 4,84	171	33,7	33,7	444,4	0,5	0,5	2,6
4,84 a 48,40	166	32,7	66,3	3.749,9	4,2	4,7	22,6
48,40 a 484,00	137	27,0	93,3	20.358,9	23,0	27,7	148,6
484,00 a 4840,00	31	6,1	99,4	39.425,0	44,6	72,3	1.271,8
Acima de 4840,00	3	0,6	100,0	24.502,5	27,7	100,0	8.167,5
TOTAL	508	100,0		88.480,7	100,0		174,2

Fonte: Cadastramento dos Bens Rústicos, Taubaté, AESP.

(1) 2,42ha = 5000 braças quadradas = 1 alqueire paulista.

O maior proprietário de terras era o Capitão Manuel Luís da Cunha Guimarães, que possuía três imóveis localizados nos bairros rurais de Jacutinga, Piracangana e Caçapava com 2178ha, 4900,5ha e 4356ha de área, respectivamente. No total, ele controlava 11434,5há,<sup>27</sup> que representava 12,85 da área total declarada no cadastramento. Da mesma forma, Francisco Leite de Toledo, José Vieira da Silva, Alexandre Barreto e Claro Francisco Marques possuíam imensos domínios rurais: 6354ha, 4421,3ha e 3267há, respectivamente. Em conjunto, esses cinco maiores proprietários de terra, com imóveis acima de 3000ha, controlavam 36,4% da área total.

### PERFIL ECONÓMICO-SOCIAL DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA

O cadastramento de 1817, além das informações sobre a área possuída, arrolou também “*quantos escravos se acham nelas empregados*”, ou seja, nas fazendas. Ao que tudo indica, os escravos referidos nesse tombamento não significavam o total de escravos possuídos pelo proprietário da terra, mas apenas os que se achavam alocados na faina agrícola e pastoril.<sup>28</sup> Dessa forma, para o estudo da correlação

27 O maior imóvel rural arrolado nesse cadastramento encontrava-se em Itapetininga, com 156816ha.(CANABRAVA, 1972b, p. 94)

28 AGUIRRA (1935b, p. 77) interpreta como se fossem escravos possuídos. No entanto, o cruzamento desses dois documentos mostra a grande divergência dos escravos declarados. Via de regra, o censo de terras subestima o número de escravos possuídos. Esse fato parece indicar que, no censo de terras, somente constam os escravos alocados no trabalho agrícola.

entre ambas as formas de riqueza - escravos e terra - tornou-se necessário identificar, nas Listas Nominativas do ano de 1817, os proprietários de terra. Além disso, essa identificação permite traçar um perfil econômico-social dos proprietários de terra por meio da identificação de sua principal atividade econômica.<sup>29</sup>

Foram identificados, nas Listas Nominativas de 1817, 364 proprietários de terra, num total de 508. Dentre os proprietários de terra identificados, 128 possuíam 1034 escravos e o restante, em número de 236, não possuíam escravos. Logo, em sua imensa maioria, os proprietários de terra não possuíam escravos. Os maiores imóveis rurais pertenciam, basicamente, aos que possuíam escravos, com uma área média que atingia 439,5ha, enquanto que entre os sem escravos a área média era de apenas 51,4ha. Portanto, as duas formas de riqueza estavam intimamente associadas.<sup>30</sup> Acima de 500ha de área havia 25 proprietários de terra, com uma área total de 49498,2ha, que representava 72,4% da área total. Em contrapartida, as menores áreas pertenciam aos não possuidores de escravos: até 14,52ha, que reunia 42,9% do número total de imóveis, a grande maioria (81,7%) não possuía escravos. Portanto, havia uma camada mais humilde dos proprietários de terra, donos de minúsculas parcelas de área e que não possuíam escravos.

*TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DE TERRA E ESCRAVOS  
POSSUÍDOS - TAUBATÉ, 1817 (Em ha)*

Estratos (1)	Imóveis Com Escravos							Imóveis Sem Escravos		
	N	Área	N	Esc	Área	Área Média	Média Esc	N	Área	Área Média
Até 4,84	115	316,3	18	62	51,3	2,9	3,4	97	265,0	2,7
4,84 a 48,40	125	2834,3	29	128	746,9	25,8	4,4	96	2087,4	21,7
48,40 a 484,00	99	15738,8	60	358	10548,5	175,8	6,0	39	5190,3	133,1
484,00 a 4840,00	23	31529,7	19	447	26941,4	1418,0	23,5	4	4588,3	1147,1
Acima de 4840,00	2	17968,5	2	39	17968,5	8984,3	19,5	0	0	0,0
Total	364	68387,6	128	1034	56256,6	439,5	8,1	236	12131,0	51,4

Fonte: Cadastro dos Bens Rústicos, AESP, Taubaté, 1817.

LN, AESP, Taubaté, 1817.

Entre os proprietários não possuidores de escravos, a maioria dedicava-se a uma agricultura de auto-subsistência (Tabela 5), com área média de 51,6ha. Essa categoria - participação de 34,5% no total de proprietários e 9,3% na área total -

29 Responsável pela principal fonte de renda monetária dos domicílios.

30 A correlação entre o número de escravos possuídos e a área possuída deu 0,323. Estatisticamente, trata-se de uma correlação significante:  $t_c = 6,49$ ;  $t_t = 1,98$  e nível de significância de 2,5%.

constituía-se numa das mais pobres dentre os proprietários de terra, somente se diferenciando dos agregados a viver em terras alheias devido ao acesso à propriedade fundiária.

*TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DE TERRA SEGUNDO A PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÓMICA DOS PROPRIETÁRIOS*

Atividades	N	Área	Proprietários Com Escravos				Proprietários Sem Escravos		
			N	Esc	Área	Media	N	Área	Média
A. AGRICULTURA	235	38678,9	74	645	31546,9	426,3	161	7132,1	44,3
1. Autoconsumo	161	16677,2	38	157	10335,8	272,0	123	6341,5	51,6
2. Açúcar	10	18306,3	10	332	18306,3	1830,6	0	0,0	0,0
3. Rapadura	6	474,8	4	34	421,1	105,3	2	53,7	26,8
4. Aguardente	15	1405,6	9	54	1288,7	143,2	6	116,8	19,5
5. Alimentos	20	399,7	6	23	223,6	37,3	14	176,0	12,6
8. Fumo	14	1306,3	7	45	971,3	138,8	7	334,9	47,8
9. Outros produtos	9	109,1	0	0	0,0	0,0	9	109,1	12,1
B. PECUÁRIA	64	21364,3	33	242	19394,8	587,7	31	1969,5	63,5
1. vacum, cavалares	7	5132,6	6	78	4977,7	829,6	1	154,9	154,9
2. Porcos	57	16231,7	27	164	14417,1	534,0	30	1814,7	60,5
C. ARTESANATO	15	649,9	4	18	473,4	118,3	11	176,5	16,0
D. COMÉRCIO	10	2814,5	9	95	2799,2	311,0	1	15,2	15,2
E. JORNALEIRO	9	359,8	0	0	0,0	0,0	9	359,8	40,0
F. MENDIGOS	7	2223,3	0	0	0,0	0,0	7	2223,3	317,6
G. TROPEIROS	5	626,8	3	12	602,6	200,9	2	24,2	12,1
H. OUTRAS	12	1344,5	4	21	1294,6	323,7	8	49,9	6,2
TOTAL	357	68062,0	127	1033	56111,4	441,8	230	11950,6	52,0
I. INDEFINIDO	7	325,6	1	1	145,2	145,2	6	180,4	30,1
TOTAL GERAL	364	68387,6	128	1034	56256,6	439,5	236	12131,0	51,4

Fonte: Cadastro dos Bens Rústicos, AESP, Taubaté, 1817.

LN, AESP, Taubaté, 1817.

Além desse segmento, há que destacar os que se dedicavam à agropecuária via comercialização do fumo, alimentos, algodão, aguardente e animais. Esse último segmento, com uma área média de 40ha, pouco se diferenciava do segmento anterior em termos de riqueza. Em conjunto, esses dois segmentos representavam 83,5% dos proprietários de terra sem escravos, 53,8% do total de proprietários de terra e participavam com 13,4% na riqueza total em terras. Ademais, havia os que, além do trabalho agrícola, dedicavam-se, também, a outras atividades remuneradas: jornaleiros, pescadores, artesãos etc. Esse último segmento dos não-proprietários de escravos também se caracterizava por possuir diminutas áreas de terra - média de 40ha - e insignificante participação na área total - 0,9%. Portanto, havia entre os proprietários de terra um contingente significativo de pequenos proprietários

não possuidores de escravos a praticar uma agricultura de auto-subsistência, comercializando parcos excedentes e muitas vezes desenvolvendo atividades remuneradas complementares.

Em contrapartida, os proprietários de terras e de escravos detinham 82,4% do total de terras e pelo menos 56,8% da riqueza total em escravos do município. Os senhores de engenho de açúcar constituíam o segmento mais enriquecido: média de 33,2 escravos e 1830,6ha de área média. Os criadores de vacuns e cavalares posicionavam-se logo a seguir: média de 13,0 escravos e 829,6ha de área média, sucedidos dos que se dedicavam principalmente ao comércio: área média de 311,0ha e média de 10,6 escravos. Já os senhores de engenhos de rapadura possuíam um menor enriquecimento, seja em terras - média de 105,3ha -, seja em escravos - média de 8,5. Os criadores de porcos, apesar de um menor enriquecimento em escravos - média de 6,1 - situavam-se na terceira posição quanto à riqueza em terras - média de 533,9ha. Já os demais proprietários de terras e de escravos dedicados à comercialização do fumo, do aguardente e de alimentos possuíam um enriquecimento menos significativo em relação a esses dois componentes da riqueza.

Os maiores proprietários de escravos, em número de dez, com 19 ou mais cativos, eram todos proprietários de terra, controlavam 18,9% do total de cativos do município e 25,2% do total das terras. A maior riqueza individual parecia ser a de Francisco Moreira da Costa, com 109 cativos e 1089ha em terras. Além de engenho para a fabricação de açúcar possuía, também, criação de porcos. A segunda fortuna era de Margarida Florinda de Jesus, com 47 escravos e 749,2ha. Ela também possuía engenho de açúcar e criação de animais. Em terceiro lugar encontramos Manuel Luís da Cunha Guimarães, com 35 cativos e 11434,5ha. Juntos, detinham 10,5% do total de cativos e 15,0% das terras do município.

Deve-se, igualmente, ressaltar a riqueza de grandes comerciantes proprietários de terras, que desenvolviam atividades rurais em conjunto com atividades mercantis. O mais rico deles parece ter sido Seledonio Antônio de Andrade, que possuía 18 cativos e 580,8ha, além de possuir um engenho inativo. João Francisco Vieira, com 18 cativos, possuía uma fazenda de criar vacuns, além de ser dizimeiro. Francisco Gomes de Araújo, com 17 cativos, era negociante de fazenda seca e dedicava-se, também, à criação de porcos.

## CONCLUSÕES

Portanto, com anterioridade ao surgimento da economia cafeeira, a repartição da riqueza caracterizava-se, no município de Taubaté, por elevados níveis de concentração, seja em relação à propriedade escravista, seja em relação à propriedade

da terra, apesar da fraca integração de sua economia a uma agricultura de exportação. Dessa forma, essa concentração aparece bem mais como um pressuposto para o surgimento da economia cafeeira do que como seu resultado.<sup>31</sup> Ou seja, numa economia essencialmente voltada para o atendimento do mercado interno já havia se configurado os alicerces para o surgimento da *plantation* exportadora.

Conforme a análise mostrou, existia uma camada da população livre que “vivia a favor” em terras alheias ou em casas alheias. Esse segmento englobava, no ano de 1798, 40,2% do número de domicílios. Os agregados, em sua imensa maioria, não possuíam escravos: 88,6%. Em relação ao total de domicílios, os agregados, que não possuíam escravos, representavam 35,6%. No conjunto, os proprietários de terra representavam 27,4% do número de domicílios. Entre os proprietários de terra, existia um segmento de pequenos proprietários que plantavam basicamente para viver e que não dispunham de nenhuma mão-de-obra escrava. Nesse segmento, encontrava-se 53,0% dos proprietários de terra, com áreas de até 48,4ha. Em termos de riqueza, esses proprietários de terra aproximavam-se bastante dos agregados que viviam em terras alheias e que não possuíam escravos. Portanto, pode-se afirmar que parcela significativa da população livre era constituída por pessoas de poucas ou nenhuma posse. Em contraposição, havia um diminuto segmento que se apropriava de grande parte da renda e da riqueza. Os 10 maiores proprietários de escravos eram todos proprietários de terra e controlavam 18,9% do total de cativos do município e 25,2% do total de terras.

Finalmente, vale a pena ressaltar que o caráter agrário-exportador parece não ter-se constituído em condição necessária para se obter a mesma repartição da riqueza observada em regiões fortemente integradas ao comércio exterior. Nesse sentido, a tese sobre a **democracia dos paulistas** parece não se aplicar ao município de Taubaté, apesar do expressivo contingente numérico dos pequenos proprietários de terra em relação ao total de proprietários. Nesse ponto, não devemos esquecer que parcela significativa da população livre não tinha acesso à propriedade fundiária, vivendo em terras alheias na condição de agregados. Por outro lado, cabe observar que se o número de pequenos proprietários parece ter alguma relevância numérica, o mesmo não ocorre quanto à riqueza em terras por eles possuída. Como foi mostrado, os níveis de concentração da riqueza eram elevados, principalmente com respeito à propriedade fundiária.

---

31 Como sabemos, a economia cafeeira da segunda metade do século XIX assentou-se na grande propriedade territorial. Se, como muitos apregoam, houvesse existido, em terras paulistas, um extensivo regime de pequenos proprietários de terra, como explicar que, na segunda metade do século XIX a propriedade da terra já estivesse tão concentrada? A historiografia desconhece ter havido um extensivo processo de expropriação da base fundiária e de concentração da propriedade como o que ocorreu na Inglaterra no século XVI e XVII, isto é, os cercamentos.

Por outro lado, a formação do município de Taubaté parece encontrar um maior respaldo nas teses de Caio Prado Júnior, apesar de uma certa ambigüidade que podemos encontrar em suas análises das regiões não diretamente integradas ao comércio exterior. Segundo o autor, mesmo a lógica das atividades econômicas dessas regiões estaria presa, até certo ponto, ao sentido da colonização moderna, pois constituíam “...atividades subsidiárias destinadas a amparar e tornar possível a realização” das atividades diretamente integradas ao comércio exterior. Portanto, “...não têm uma vida própria, autônoma, mas acompanham aquelas, a que agregam como simples dependências. Numa palavra, não caracterizam a economia colonial brasileira, e lhe servem apenas de acessórios.”(PRADO JR., 1979, p. 124)

Quanto à organização econômico-social dessa regiões, o autor observa que constituíam “...um tipo de exploração rural diferente e separado da grande lavoura e cuja organização varia. Vai desde a grande propriedade, aproximando-se neste caso, nos seus caracteres exteriores, da grande lavoura – o que é menos freqüente – até a insignificante choça, chácara ou sítio.”(PRADO JR., 1979, p. 159) Ou seja, as mais diferentes formas de organização das atividades econômicas poderiam se fazer presentes nas regiões subsidiárias da agricultura de exportação. Como se pode observar, a análise de Caio Prado Júnior em relação às regiões não diretamente integradas é suficientemente ampla, podendo comportar, inclusive, a tese da **democracia dos paulistas**. No entanto, a história econômica de Taubaté mostra que a sua agricultura mercantil, organizada em função do setor exportador, revela a mesma presença do trabalho escravo e os mesmos níveis de concentração da renda e da riqueza das regiões exportadoras. Nesse ponto, a hipótese mais plausível é a de que a acumulação de riqueza por meio do trabalho escravo tenha se constituído no traço marcante da economia brasileira, englobando, de forma abrangente, as mais diferentes regiões.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### DOCUMENTOS

Listas Nominativas dos Habitantes do Município de Taubaté. Vários anos.  
AESP.

Cadastramento dos Bens Rústicos do Município de Taubaté no ano de 1817.  
AESP.

Atas da Câmara de Taubaté (1842-1856). Vol.II. Org. Felix Guisard Filho.  
Universal, São Paulo, 1943. (Documentos para a História do Vale do Paraíba).

Papéis Expedidos pela Câmara (1853-1869). Taubaté. Vol I. Org. Feliz Guisard Filho. Universal, São Paulo, 1944. (Documentos para a História do Vale do Paraíba).

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. DI-AESP. Carta do Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras de 10/12/1766 (DI 73 p61 a 65) e de 22/02/1769 (DI, 19, p285).

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. BNRJ. Documento Avulso. BNRJ, II,43,4,38.

### MEMÓRIAS E RELATOS

AIRES DO CASAL, Manuel. *Corografia brasílica*. Introdução de Caio Prado Júnior. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. (Coleção Obras Raras,2).

AUTOR ANÔNIMO. *Memórias públicas e econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1779 até o ano de 1789*. RIHGB. Rio de Janeiro, 68, p. 25-51, 1884.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. São Paulo: EDUSP, 1975. (Reconquista do Brasil,4).

### FONTES SECUNDÁRIAS

AGUIRRA, João Baptista de Campos. Tombamento de 1817. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. RAMSP, 12, p. 77-80, 1935.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Movimentos de população em São Paulo no século XVIII*. RIEB. São Paulo, 1, p. 55-111, 1966.

CANABRAVA, Alice Piffer. A repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 2, p. 77-129, 1972.

\_\_\_\_\_. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765-1767. *RBE*. Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 95-123, 1972a.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Tradução de Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Estudos Brasileiros, 21).

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. O ouro e a paulistânia. *Boletim História da Civilização Brasileira*. São Paulo: FFCLUSP, 1948.

FREYRE, Gilberto. *Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. Casa grande e senzala*. (Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal). 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. Vol. I. (Coleção Documentos Brasileiros, 36).

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 16ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. (Biblioteca Universitária, Ciências Sociais, 23).

- FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- HERMANN, Lucila. *Evolução social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. São Paulo: IPE/USP 1986.
- LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE/USP, v. 13, n. 1, p. 211-221, jan./abr. 1983.
- MILLIET, Sérgio. Recenseamentos antigos do Brasil. In: MILLIET, Sérgio (ed), *Roteiro do café e outros ensaios*. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1982.
- \_\_\_\_\_. Introdução à vida e morte do bandeirante, de Alcântara Machado. In: MACHADO, Alcântara (ed.), *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins, 1965.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Introdução de Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins, 1965.
- MONTEIRO, John M. Distribuição da riqueza e as origens da pobreza rural em São Paulo (século XVIII). São Paulo: IPE/USP. *Estudos Econômicos*, v. 19, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 1989.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. (Corpo e Alma do Brasil, 21).
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 25ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo*. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PRADO, Paulo. *Paulística (História de São Paulo)*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1925.
- RANGEL, Armênio de Souza. *Escravidão e riqueza. Formação da economia cafeeira de no município de Taubate – 1765-1835*. Tese de doutoramento, São Paulo: FEA-USP, 1990.
- \_\_\_\_\_. A economia do município de Taubaté: 1798 a 1835. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE/USP, v. 23, n. 1, p. 149-179, jan/abr, 1993.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Os agregados. Uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830). *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE/USP, v. 11, n. 3, p. 159-168, set./dez. 1981.
- \_\_\_\_\_. *O papel do agregado na região de Itu, 1780-1830*. Coleção Museu Paulista. São Paulo: Museu Paulista, 6, p. 9-121, 1977. (Coleção de História).
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE/USP, v. 13, n. 1, p. 259-287, jan./abr. 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. (Coleção Retratos do Brasil, 98).

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: FFCLUSP, 1951. (História da Civilização Brasileira, 12).

---

(Recebido em novembro de 1996. Aceito para publicação em março de 1998).